



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**UNIDADE REGIONAL DE SOROCABA - UR-9**



**Processo** : TC-004646.989.18-6

**Entidade** : Prefeitura Municipal de São Roque

**Assunto** : Contas Anuais

**Exercício** : 2018

**Prefeito** : Sr. Cláudio José de Góes

**CPF nº** : 055.745.858-71

**Período** : 1/1/2018 a 31/12/2018

**Relatoria** : Conselheiro Renato Martins Costa

**Instrução** : UR-9 - Sorocaba / DSF-II

**Senhora Diretora Técnica de Divisão em Substituição da Unidade Regional de Sorocaba - UR-9,**

Trata-se das contas apresentadas em face do art. 2º, II, da Lei Complementar Estadual nº 709, de 14 de janeiro de 1993 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo).

Em atendimento ao TC-A-030973/026/00, registramos a notificação do Sr. Cláudio José de Góes, responsável pelas contas em exame e atual Prefeito (documento anexo).

Consignamos os dados e índices considerados relevantes para um diagnóstico inicial do município:

DESCRIÇÃO	FONTE/DATA	DADO
POPULAÇÃO	IEG-M/2018	89.943 habitantes
ARRECADAÇÃO MUNICIPAL	Audesp/2018	R\$ 266.146.998,64



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
UNIDADE REGIONAL DE SOROCABA - UR-9



Informamos que o município possui a seguinte série histórica de classificação no Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M):

EXERCÍCIOS	2016	2017	2018
IEG-M	B	C+	C+
i-Planejamento	C	C	C
i-Fiscal	B+	B	B+
i-Educ	A	B	B
i-Saúde	B+	B	B
i-Amb	B	C	B
i-Cidade	B+	B	C
i-Gov-TI	B	B	B

*Índices do exercício em exame após verificação/validação da Fiscalização.*

A Prefeitura analisada obteve, nos 3 (três) últimos exercícios apreciados, os seguintes **PARECERES** na apreciação de suas contas:

Exercícios	Processos	Pareceres
2016	004411.989.16-3	Favorável com recomendações <sup>1</sup>
2015	002450/026/15	Favorável com recomendações <sup>2</sup>
2014	000358/026/14	Favorável com recomendações <sup>3</sup>

A partir de tais premissas, a Fiscalização planejou a execução de seus trabalhos, agregando a análise das seguintes fontes documentais:

1. Indicadores finalísticos componentes do IEG-M - Índice de Efetividade da Gestão Municipal;
2. Eventuais ações fiscalizatórias desenvolvidas através da seletividade (contratos e repasses) e da fiscalização ordenada;
3. Prestações de contas mensais do exercício em exame, encaminhadas pela Chefia do Poder Executivo;
4. Resultado do acompanhamento simultâneo do Sistema Audesp, bem como acesso aos dados, informações e análises disponíveis no referido ambiente;
5. Análise das eventuais denúncias, representações e expedientes diversos;
6. Leitura analítica dos três últimos relatórios de fiscalização e respectivas decisões desta Corte, sobretudo no tocante a assuntos relevantes nas ressalvas, advertências e recomendações;
7. Análise das informações disponíveis nos demais sistemas

<sup>1</sup> Decisão com Trânsito em Julgado em 7/5/2018.

<sup>2</sup> Decisão com Trânsito em Julgado em 21/6/2017.

<sup>3</sup> Decisão com Trânsito em Julgado em 13/6/2016.



do e. Tribunal de Contas do Estado.

Os resultados das fiscalizações *in loco* apresentam-se nos relatórios quadrimestrais e no presente (fechamento do exercício), antecédidos pelo citado planejamento que indicou a necessária extensão dos exames.

Destaque-se que os relatórios quadrimestrais estão juntados nos eventos nºs 52.5 e 73.5 destes autos. Estes foram submetidos à Excelentíssima Relatoria, sendo dada ciência à Chefia do Poder Executivo, responsável pelas contas em exame, para conhecimento dos apontamentos, sem a necessidade de apresentação de justificativas. Tal procedimento visou contribuir para a tomada de providências dentro do próprio exercício, possibilitando a correção de eventuais falhas, resultando numa melhoria das contas apresentadas.

## **PERSPECTIVA A: PLANEJAMENTO**

### **A.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS**

#### **A.1.1. CONTROLE INTERNO**

Muito embora o sistema esteja regulamentado, houve um único relatório, datado de 20 de dezembro de 2018 (documento anexo), restringindo-se, de modo geral, a informar as atividades executadas pelo setor no ano, não contendo potenciais apontamentos advindos de um efetivo acompanhamento e tampouco se lastreou nos alertas emitidos pelo Sistema Audesp ao longo do exercício (questão nº 22 do I-Gov TI).

Salientamos, ainda, que referidas verificações deixaram de contemplar a efetividade das políticas públicas implantadas. Corroboram nossa assertiva as falhas apontadas nas diversas dimensões do IEG-M, consignadas no presente relatório (I-Planejamento, I-Educ, I-Saúde e I-Cidade).

Dessa forma, entendemos parcialmente descumprido o disposto no artigo 49 das Instruções TCESP nº 2/2016, comprometendo o pleno atendimento aos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal, bem assim ao artigo 54, parágrafo único, e artigo 59, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal, e ao artigo 38, parágrafo único, da Lei Orgânica desta Corte.



## A.2. IEG-M – I-PLANEJAMENTO – Índice C

A análise das respostas ofertadas pela Origem, devidamente validadas durante nossa inspeção *in loco*, demonstra a fragilidade da estrutura municipal no correspondente setor, merecendo destaque as situações a seguir:

- Ausência de equipe estruturada para realização do planejamento municipal (questões nºs 7 e 8 do I-Planejamento);
- Os servidores que cuidam do setor de planejamento não têm dedicação exclusiva para essa matéria (questão nº 12 do I-Planejamento);
- A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO não prescreve critérios para repasses a entidades do Terceiro Setor, contrariando a letra “f” do inciso I do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (questão nº 6 do I-Planejamento);
- Não foi criada e estruturada a Ouvidoria do Órgão (questão nº 33 do I-Planejamento);
- As atas de audiências públicas não são divulgadas na *Internet*, contrariando o artigo 6º da Lei nº 12.527/11. Este assunto também é abordado na meta 16.6 e na meta 16.10 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (questão nº 18.1.1 do I-Planejamento);
- Ausência de levantamentos formais dos problemas, necessidades, deficiências do Município, antecedentes ao planejamento. Tal assunto é abordado na meta 16.7 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas - ONU (questão nº 14 do I-Planejamento);
- Não foi observado o cumprimento da legislação relativa à pessoa com deficiência e às normas de acessibilidade vigentes conforme LF nº 13.146/15 (questão nº 29 do I-Planejamento);
- A média do resultado alcançado de todos os indicadores de um programa comparada com a média dos resultados alcançados das ações desse mesmo programa, com base nas informações constantes do Relatório de Atividades, tiveram menos de 60% de coerência, sinal de dificuldade na compatibilização das peças orçamentárias segundo o artigo 5º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Este tema também é abordado na meta 17.13 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (questão nº P1 do I-Planejamento).



Tais lacunas acabam demonstrando a elaboração meramente formal das peças de planejamento, não refletindo, de forma prévia e estruturada, as reais necessidades de ações do Executivo local para correção dos problemas detectados na Urbe.

A esse respeito, conforme evidenciado no Relatório de Atividades (documento anexo), a falta de identificação clara das metas e dos indicadores (predominantemente “percentual”) não permite a avaliação da eficácia e efetividade dos programas e ações governamentais, desrespeitando, a nosso ver, os princípios da transparência e do planejamento previstos no § 1º do artigo 1º c.c. § 3º do artigo 50, ambos da LRF.

## PERSPECTIVA B: GESTÃO FISCAL

### B.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

Face ao contido no art. 1º, § 1º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o qual estabelece os pressupostos da responsabilidade da gestão fiscal, passamos a expor o que segue:

#### B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Com base nos dados gerados pelo Sistema Audesp, conforme abaixo apurado, o resultado da execução orçamentária da Prefeitura evidenciou *déficit* que se encontrou totalmente **amparado** no *superávit* financeiro proveniente do exercício anterior, consoante item seguinte deste Relatório:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	R\$	
(+) RECEITAS REALIZADAS	245.847.662,72	
(-) DESPESAS EMPENHADAS	240.792.900,36	
(-) REPASSES DE DUODÉCIMOS À CÂMARA	9.000.000,00	
(+) DEVOLUÇÃO DE DUODÉCIMOS DA CÂMARA	3.700.633,32	
(-) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS À ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
(+ ou -) AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO		
RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	-244.604,32	-0,10%



### B.1.2. RESULTADOS FINANCEIRO, ECONÔMICO E SALDO PATRIMONIAL

Resultados	Exercício em exame	Exercício anterior	%
Financeiro	4.465.353,17	16.842.337,47	-73,49%
Econômico	19.950.754,29	22.530.224,03	-11,45%
Patrimonial	229.130.128,23	214.224.998,96	6,96%

### B.1.3. DÍVIDA DE CURTO PRAZO

Conforme demonstrado no item anterior, a Prefeitura apresentou, no encerramento do exercício examinado, um *superávit* financeiro, evidenciando, com isso, a existência de recursos disponíveis para o total pagamento de suas dívidas de curto prazo, registradas no Passivo Financeiro.

### B.1.4. DÍVIDA DE LONGO PRAZO

	Exercício em exame	Exercício anterior	AH%
Dívida Mobiliária			
Dívida Contratual	2.276.655,00	2.798.219,88	-18,64%
Precatórios	8.887.959,11	3.522.563,53	152,32%
Parcelamento de Dívidas:	-	-	
De Tributos			
De Contribuições Sociais:	-	-	
Previdenciárias			
Demais contribuições sociais			
Do FGTS			
Outras Dívidas			
Dívida Consolidada	11.164.614,11	6.320.783,41	76,63%
Ajustes da Fiscalização			
Dívida Consolidada Ajustada	11.164.614,11	6.320.783,41	76,63%

Houve elevação da Dívida de Longo Prazo, decorrente da inserção de novos precatórios judiciais.



#### B.1.4.1. PARCELAMENTOS DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS

A Prefeitura não possui acordos de parcelamentos/reparcelamentos de débitos previdenciários autorizados pela Lei Federal nº 13.485, de 2 de outubro de 2017, e/ou pela Portaria MF nº 333, de 11 de julho de 2017. Contudo, foram firmados acordos de parcelamentos baseados em outras Leis e Portarias, conforme abaixo demonstrado:

➤ **Perante o RPPS:**

- Lei Municipal autorizadora nº: 4494/2015;  
Nº do acordo: 213/2010;  
Valor total parcelado: R\$ 1.501.722,28;  
Quantidade de parcelas: 60;  
Parcelas devidas no exercício: 12;  
Pagas no exercício: 12;
- Lei Municipal autorizadora nº: 4636/2017;  
Nº do acordo: 307/2017;  
Valor total parcelado: R\$ 1.851.387,44;  
Quantidade de parcelas: 46;  
Parcelas devidas no exercício: 12;  
Pagas no exercício: 12.

Do acima exposto, constatamos que no exercício em exame a Prefeitura cumpriu o acordado.





### B.1.5. PRECATÓRIOS

Primeiramente, anotamos que, no exercício de 2017, o Município efetuou depósito em valor superior ao estabelecido no correspondente mapa orçamentário. O Departamento de Precatórios do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Depre) depositou aludido excedente em conta do exercício em exame, no montante de R\$ 54.528,81, motivo pelo qual procedemos aos ajustes necessários, a seguir (documento anexo):

REGIME ORDINÁRIO DE PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS	
Saldo de depósito do exercício anterior	54.528,81
Mapas encaminhados no exerc. anterior para pag. no exerc. em exame	680.156,99
Pagamentos efetuados no exercício em exame	663.434,82
Ajustes efetuados pela Fiscalização	37.806,64
Houve pagamento integral no exercício em exame	0,00

REQUISITÓRIOS DE BAIXA MONTA	
Saldo de requisitórios devidos e não pagos até 31/12 do exerc. anterior	
Requisitórios de baixa monta incidentes do exerc. em exame	162.290,52
Pagamentos efetuados no exercício em exame	162.290,52
Ajustes efetuados pela Fiscalização	

O ajuste no valor de R\$ 37.806,64 refere-se à atualização monetária correspondente no período.

Em relação à contabilização dos precatórios, apuramos:

Verificação	
O Balanço Patrimonial registra, corretamente, as pendências judiciais?	Sim

#### B.1.5.1. PRECATÓRIOS A RECEBER

Verificamos a existência de Precatórios em que a Prefeitura Municipal de São Roque figura como credora da Fazenda do Estado de São Paulo, conforme demonstrado a seguir (documento anexo):

Número e Ano da Execução de Precatório
1513/1972
6158/1999





Em atenção ao nosso questionamento sobre a atual situação desses precatórios, informou a Prefeitura que não há registro e pagamento dos mesmos no sistema da PGE - Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, Órgão com o qual houve a tentativa de contato, porém sem sucesso até então, conforme declarado em documento anexo.

Em assim sendo, pela falta de registros e maiores informações desses créditos eventuais que pertencem ao Município, entendemos, em função da ausência descrita, contrariado o princípio da eficiência.

Propomos seu acompanhamento pela próxima fiscalização, com vistas a garantir regularidade dos registros de contabilização e recebimento dos referidos créditos.

#### **B.1.6. ENCARGOS**

Os recolhimentos apresentaram a seguinte posição:

Verificações		Guias apresentadas
1	INSS:	Sim
2	FGTS:	Sim
3	RPPS:	Sim
4	PASEP:	Sim

Destacamos que o Regime Próprio de Previdência - RPPS é administrado pelo Fundo de Seguridade Social – São Roque, cujas contas estão abrigadas no Processo TC-002992.989.18-6.

O Município dispõe do Certificado de Regularidade Previdenciária.

Os parcelamentos de valores devidos ao Regime Próprio de Previdência estão sendo tratados no item B.1.4.1 do presente Relatório.

#### **B.1.7. TRANSFERÊNCIA À CÂMARA DOS VEREADORES**

Os repasses à Câmara obedeceram ao limite do art. 29-A, da Constituição Federal.



### B.1.8. ANÁLISE DOS LIMITES E CONDIÇÕES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

No período, as análises automáticas não identificaram descumprimentos aos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto à Dívida Consolidada Líquida, Concessões de Garantias e Operações de Crédito, inclusive ARO.

#### B.1.8.1. DESPESA DE PESSOAL

Conforme Relatórios de Gestão Fiscal emitidos pelo Sistema Audesp, o Poder Executivo atendeu ao limite da despesa de pessoal previsto no art. 20, III, alínea “b” da Lei de Responsabilidade Fiscal, registrando no 3º quadrimestre o valor de R\$ 120.832.360,60, o que representa um percentual de 50,13%<sup>4</sup>.

### B.1.9. DEMAIS ASPECTOS SOBRE RECURSOS HUMANOS

Eis o quadro de pessoal existente no final do exercício:

Natureza do cargo/emprego	Quant. Total de Vagas		Vagas Providas		Vagas Não Providas	
	Ex. anterior	Ex. em exame	Ex. anterior	Ex. em exame	Ex. anterior	Ex. em exame
Efetivos	4245	4067	2156	2270	2089	1797
Em comissão	346	346	233	260	113	86
Total	4591	4413	2389	2530	2202	1883
Temporários	Ex. anterior		Ex. em exame		Em 31.12 do	Ex. em exame
Nº de contratados	1		216		185	

(Quadro de Pessoal e Organograma anexos)

No exercício examinado foram nomeados 22 servidores para cargos em comissão (relação anexa), dos quais 4 não possuíam atribuições com características de direção, chefia e assessoramento (artigo 37, V, da Constituição Federal), conforme adiante descrito:

<sup>4</sup> A Receita Corrente Líquida apurada (R\$ 241.017.387,26) não engloba os valores auferidos pelo Fundo Previdenciário Local (Fundo de Seguridade Social – São Roque) a título de receitas com valores mobiliários (R\$ 97.993,72 - documento anexo). Caso tal montante seja integrado, a Receita Corrente Líquida, ao final de 2018, alcançará R\$ 241.115.380,98, reduzindo as despesas de pessoal para 50,11%.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**UNIDADE REGIONAL DE SOROCABA - UR-9**



Denominação	Requisitos de escolaridade	Leis Municipais de criação (documentos anexos)	Atribuições
Assistente de Gabinete	Não definidos	Nº 2.208/1994 (fls. 27/28)	Não definidas
Supervisor de Limpeza			
Supervisor de Serviço de Zeladoria e Portaria	Ensino Médio completo	Nº 4.235/2014	
Supervisor de Assistência Comunitária	Ensino Fundamental completo	Nº 3.322/2009 (fls. 19)	Trabalhar na abordagem e encaminhamento aos serviços sócio-assistenciais com a população de rua/itinerante; acompanhar serviços ligados a sua área de competência; elaborar relatórios contendo informações do número de atendimentos e as providências tomadas; executar outras atividades inerentes a sua área de competência, ou que lhe forem solicitadas pela chefia imediata (documento "Decreto municipal nº 6.721-2009", fls. 12 anexo).

Reiterados pronunciamentos desta Egrégia Corte de Contas<sup>5</sup> vêm indicando que os cargos em comissão devem ser utilizados em posições estratégicas e imprescindíveis para potencializar e elevar o nível da gestão pública. Nos casos em tela, os cargos não demandam responsabilidade extraordinária e necessidade de confiança, denotando atividades burocráticas e de caráter permanente da administração, que deveriam ser executadas por servidores efetivos, observando, de todo modo, a real necessidade de provimento de respectivos cargos no Executivo em tela.

Noticiamos, por oportuno, a tramitação de Ação Civil Pública - Improbidade Administrativa, junto à 1ª Vara Cível do Foro de São Roque (processo nº 1002279-71.2016.8.26.0586), ajuizada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, em face da Prefeitura Municipal de São Roque, pleiteando a exoneração de ocupantes de diversos cargos em comissão<sup>6</sup> e a transformação da forma de provimento "em comissão" para efetivo, bem como a abertura de concurso público. Encontra-se, aludido processo, em fase de recurso (documentos anexos).

<sup>5</sup> TC-000247/026/08; TC-000364/026/08; TC-000378/026/08.

<sup>6</sup> Dentre os quais os de "Supervisor de Limpeza", "Supervisor de Serviço de Zeladoria e Portaria" e "Supervisor de Assistência Comunitária", ora mencionados.



### B.1.10. SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS

	VICE-PREFEITO	PREFEITO
Valor do subsídio inicial fixado para o mandato (Lei Municipal nº 4.588/2016)*	R\$ 7.811,16	R\$ 19.710,82
(+) 3,00% = RGA 2018 em janeiro/18 - Lei Municipal nº 4.773/ 2018**	R\$ 8.045,49	R\$ 20.302,14

\* Exercício da última fixação de subsídio aos agentes políticos.

\*\* Efetivada sobre os valores inicialmente fixados.

Verificações		
1	A fixação decorre de lei de iniciativa da Câmara dos Vereadores, em consonância com o art. 29, V da Constituição Federal?	Sim
2	A revisão remuneratória se compatibiliza com a inflação dos 12 meses anteriores?	Sim
3	A RGA se deu no mesmo índice e na mesma data dos servidores do Executivo?	Sim
4	Foram apresentadas as declarações de bens nos termos da Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992?	Sim
5	As situações de acúmulos de cargos/funções dos agentes políticos, sob amostragem, estavam regulares?	Sim

Conforme nossos cálculos, não foram constatados pagamentos maiores que os fixados.

### B.2. IEG-M – I-FISCAL – Índice B+

Sob amostragem, não constatamos ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M.

## PERSPECTIVA C: ENSINO

### C.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL

Quanto à aplicação de recursos ao final do exercício em exame, conforme informado ao Sistema Audeps e apurado pela Fiscalização, os resultados assim se apresentaram:



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
UNIDADE REGIONAL DE SOROCABA - UR-9



<b>Art. 212 da Constituição Federal:</b>	<b>%</b>
DESPESA EMPENHADA - RECURSO TESOUREO (mínimo 25%)	30,32%
DESPESA LIQUIDADADA - RECURSO TESOUREO (mínimo 25%)	30,04%
DESPESA PAGA - RECURSO TESOUREO (mínimo 25%)	29,59%

<b>FUNDEB:</b>	<b>%</b>
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	99,19%
DESPESA LIQUIDADADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	99,19%
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	97,67%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	90,69%
DESPESA LIQUIDADADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	90,69%
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	89,17%

Conforme acima exposto, a despesa educacional empenhada, liquidada e paga cumpriu o art. 212 da Constituição Federal.

No exercício em exame foi observado o percentual mínimo de 95% de aplicação dos recursos do FUNDEB recebido, inclusive pagamentos dos Restos a Pagar, sendo que, por meio de conta bancária vinculada, constatamos a utilização da parcela diferida no 1º trimestre do exercício corrente, atendendo-se ao § 2º do art. 21 da Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

Demais disso, verificamos que houve aplicação superior ao mínimo de 60% do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério da Educação Básica, dando cumprimento ao art. 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

A Fiscalização não identificou valores despendidos com inativos do magistério incluídos nos mínimos constitucionais do Ensino.

Não obstante os percentuais apurados, a fiscalização colheu *in loco* informações sobre a situação da oferta de vagas escolares, com discriminação por faixas etárias, conforme consta da tabela adiante:

<b>NÍVEL</b>	<b>DEMANDA POR VAGAS</b>	<b>OFERTA DE VAGAS</b>	<b>RESULTADO</b>
Ensino Infantil (Creche)	2265	1726	-23,80%
Ensino Infantil (Pré-Escola)	1911	1911	0,00%
Ensino Fundamental	4674	4674	0,00%

Apuramos que a Prefeitura, no exercício em exame, não adotou medidas objetivando minimizar a encimada demanda reprimida.



## C.2. IEG-M – I-EDUC– Índice B

Considerando as respostas ofertadas pela Origem nessa dimensão do IEG-M, validadas durante nossa inspeção *in loco*, verificamos falhas que potencialmente prejudicam a efetividade da política pública em exame, como segue:

- O Município não atingiu a meta do IDEB no ano da última avaliação (questão nº 6.1 do I-Educ);
- Menos de 25% dos alunos de Creche e de Pré-Escola concluíram o ano letivo em período integral, contrariando a meta 6 do Plano Nacional de Educação – PNE (questão nº 41 do I-Educ);
- O Município não utilizou nenhum programa específico para o desenvolvimento das competências de leitura e escrita de seus alunos na rede municipal, dificultando o atingimento da meta 5 do Plano Nacional de Educação – PNE (questão nº 21 do I-Educ);
- Há crianças, de 0 a 3 anos, fora da Creche, ao passo que houve despesas em subfunções relativas ao Ensino Médio, Superior e/ou Profissional no Município, contrariando o inciso V do artigo 11 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, segundo o qual é permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (questões nºs 2.3 e 4.3 do I-Educ);
- O Município possui turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental com mais de 24 alunos, contrariando o recomendado pelo Conselho Nacional de Educação-CNE, em seu Parecer nº 8/2010, que estipula em seu art. 4.2.2, ser 24 o máximo adequado de alunos por turma, de modo a permitir uma aprendizagem de qualidade (questão nº 27 do I-Educ);
- O Conselho de Alimentação Escolar não elaborou atas que permitam atestar as condições físicas/estruturais da cozinha, higienização e acondicionamento dos alimentos, bem como avaliar o cardápio e sua aceitação pelos alunos, considerando itens como quantidade e qualidade, variedade, respeito aos hábitos locais e regionais, adequação ao horário, conservação e manuseio dos alimentos e condições higiênicas dos locais de preparo e serviço, contrariando o estabelecido na Lei nº 11.947/09 (questão nº 20 do I-Educ e item “C.2.2.” deste relatório);
- Nem todos os estabelecimentos da Rede Pública Municipal de Ensino possuem Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB, como recomendava o Decreto nº 56.819/2011, vigente em 2018, e estabelece a Lei





nº 6.437/77. Assunto inserido na meta 4.a dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (questão nº 25 do I-Educ);

- Existência de unidades escolares não adaptadas para receber crianças portadoras de necessidades especiais, contrariando o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Federal nº 13.146/2015) e ainda a meta 4.5 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas – ONU (questão nº 10 do I-Educ);

- Existência de unidades de ensino que necessitavam de reparos (conserto de janelas, rachaduras, infiltrações, fiação elétrica, substituição de azulejos danificados, etc.), assunto este inserido na meta 4.a dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (questão nº 11 do I-Educ);

- Não houve aplicação de recursos municipais na capacitação e avaliação do corpo docente municipal de Creche, de Pré-Escola e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em 2018, inobservando-se a meta 16 do PNE, a Lei Federal nº 9.394/96 e a meta 4.c dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (questão nº 43 do I-Educ).

### C.2.1. FISCALIZAÇÃO ORDENADA (MERENDA ESCOLAR)

No exercício em exame foi realizada a seguinte Fiscalização Ordenada, no âmbito da Educação:

1	Fiscalização Ordenada nº 5, de 9 de agosto de 2018			
	Tema	Merenda Escolar		
	Eventos destes autos em que o Relatório foi inserido	31.2 e 31.3		
	Processo específico que trata da matéria nº	-	-	-
	Outras observações	Fiscalização realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental – EMEF Tetsu Chinone		
<b>Irregularidades constatadas na inspeção da Ordenada:</b>				
<ul style="list-style-type: none"><li>• As instalações físicas da área de armazenamento e preparo dos alimentos não são mantidas íntegras, conservadas, livres de rachaduras, trincas, goteiras, vazamentos, infiltrações, bolores, descascamentos, dentre outros;</li><li>• As portas e janelas das áreas de armazenamento e preparo dos alimentos não possuem telas milimetradas;</li><li>• Não há alvará ou licença de funcionamento emitido pela Vigilância Sanitária;</li><li>• Ausência de Relatório de Inspeção de Boas Práticas emitido pela Vigilância Sanitária;</li><li>• Inexistência de cardápio por faixa etária e de cardápio especial para alunos que necessitem de atenção nutricional;</li><li>• Falta de registro sobre a última fiscalização do Conselho de Alimentação Escolar - CAE;</li><li>• Ausência de AVCB – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros no prazo de validade;</li><li>• Não consta registro sobre a última limpeza e higienização das caixas d'água;</li><li>• No local não há termômetro para aferição da adequação da temperatura dos produtos congelados aos parâmetros.</li></ul>				



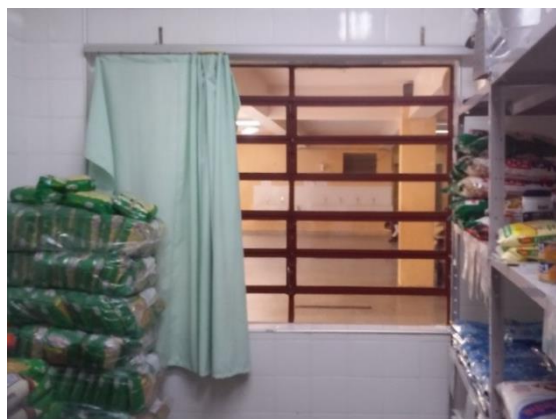
**Remanescem as falhas abaixo:**

- As instalações físicas da área de armazenamento e preparo dos alimentos não são mantidas íntegras, conservadas, livres de rachaduras, trincas, goteiras, vazamentos, infiltrações, bolores, descascamentos, dentre outros;
- As portas e janelas das áreas de armazenamento e preparo dos alimentos não possuem telas milimetradas;
- Não há alvará ou licença de funcionamento emitido pela Vigilância Sanitária;
- Ausência de Relatório de Inspeção de Boas Práticas emitido pela Vigilância Sanitária;
- Falta de registro sobre a última fiscalização do Conselho de Alimentação Escolar - CAE;
- Ausência de AVCB – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros no prazo de validade;
- Não consta registro sobre a última limpeza e higienização das caixas d'água;
- No local não há termômetro para aferição da adequação da temperatura dos produtos congelados aos parâmetros.

**Relatório Fotográfico**



As instalações físicas da área de armazenamento e preparo dos alimentos não são mantidas íntegras, conservadas, livres de rachaduras, trincas, goteiras, vazamentos, infiltrações, bolores, descascamentos, dentre outros



As janelas das áreas de armazenamento e preparo dos alimentos não possuem telas milimetradas



## PERSPECTIVA D: SAÚDE

### D.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL

Conforme informado ao Sistema Audesp, a aplicação na Saúde atingiu, no período, os seguintes resultados, cumprindo a referida determinação constitucional/legal:

Art. 77, III c/c § 4º do ADCT	%
DESPESA EMPENHADA (mínimo 15%)	23,33%
DESPESA LIQUIDADADA (mínimo 15%)	23,04%
DESPESA PAGA (mínimo 15%)	22,78%

Tendo em vista que foi liquidado e pago montante acima de 15% da receita de impostos, atendendo ao piso constitucional, deixamos de efetuar o acompanhamento previsto no art. 24 da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

### D.2. IEG-M – I-SAÚDE – Índice B

Considerando as respostas ofertadas pela Origem nessa dimensão do IEG-M, validadas durante nossa inspeção *in loco*, verificamos falhas que potencialmente prejudicam a efetividade da política pública em exame, como segue:

- Ausência de controle da resolutividade dos atendimentos (questão nº 44 do I-Saúde);
- O número de equipes de Saúde da Família e de equipes de Saúde Bucal não cobrem 100% da população do Município, em desconformidade com os indicadores 17 e 19, respectivamente, da Resolução CIT nº 8/2016 (questões nºs 21 e 54 do I-Saúde);
- Houve internações de residentes no Município, por Diarreia, Doença Diarreica Aguda (DDA) e por doenças sensíveis à atenção básica, em estabelecimentos de saúde no ano de 2018. Assunto inserido na meta 3.3 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (questões nºs 45 e 47 do I-Saúde);
- Foram diagnosticados casos novos de tuberculose



pulmonar bacilífera no ano de 2018. Assunto inserido na meta 3.3 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas – ONU (questão nº 16.1.2 do I-Saúde);

- Existência de Unidades de Saúde que necessitavam de reparos (conserto de janelas, rachaduras, infiltrações, fiação elétrica, substituição de azulejos danificados, etc.). Assunto inserido na meta 11.7 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (questão nº 49 do I-Saúde e item “D.2.1.” deste relatório);

- Nem todas as Unidades de Saúde possuem Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB, conforme recomendava o Decreto nº 56.819/2011, vigente em 2018, e estabelece a Lei nº 6.437/77. Assunto inserido na meta 11.7 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (questão nº 4 do I-Saúde);

- Nem todas as Unidades de Saúde possuem alvará de funcionamento da Vigilância Sanitária, conforme estabelece a Lei nº 6.437/77. Assunto inserido na meta 11.7 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas – ONU (questão nº 5 do I-Saúde);

- Nem todos os estabelecimentos farmacêuticos (farmácias e centrais de abastecimento farmacêutico) da Atenção Básica têm implantado o sistema Hórus ou envia o conjunto de dados por meio do serviço WebService. Assunto inserido na meta 3.8 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (questão nº 43.2 do I-Saúde);

- A cobertura das Vacinas Pentavalente (3ª dose), Pneumocócica 10-valente (2ª dose), Poliomielite (3ª dose) e Tríplice Viral (1ª dose) foi inferior a 100%, em desacordo com o indicador 4 da Resolução CIT nº 8/2016. Este assunto também está inserido na meta 3.8 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (questão nº 26 do I-Saúde);

- Houve casos de dengue diagnosticados no Município em 2018. Todavia, não houve cobertura de 80% dos imóveis visitados para controle vetorial da dengue em todos os ciclos de visitas, contrariando o indicador 22 da Resolução CIT nº 8/2016. Assunto inserido na meta 3.3 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (questão nº 34 do I-Saúde);

- Inexistem ações conjuntas com outras secretarias municipais para prevenção e combate às drogas. Assunto inserido na meta 3.5 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (questão nº 36 do I-Saúde);

- Falta de divulgação nas Unidades Básicas de Saúde - UBSs, em local acessível ao público, da escala atualizada de serviço dos



profissionais de Saúde, contendo o nome e o horário de entrada e saída destes servidores (questão nº 3 do I-Saúde);

- Não existe controle de tempo de atendimento dos pacientes nas Unidades Básicas de Saúde, ou seja, um comparativo entre o horário de entrada e o horário de atendimento médico propriamente dito (questão nº 53 do I-Saúde).

### D.2.1. FISCALIZAÇÃO DE NATUREZA OPERACIONAL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SAÚDE

A fiscalização operacional consiste em uma das vertentes de atuação deste Tribunal, que encontra respaldo nas disposições dos artigos 32 e 33 da Constituição do Estado.

Para o desempenho dessa atividade, contemplou-se a avaliação do cumprimento dos programas de governo e do desempenho dos órgãos e entidades jurisdicionadas, em relação aos seus objetivos, metas e prioridades, bem como quanto à alocação e uso dos recursos públicos.

Em relação à aplicação na Saúde, referente ao exercício de 2018, a fiscalização tem por objeto e órgão envolvido os seguintes:

Órgão	Objeto da fiscalização	
Secretaria Municipal de Saúde	Análise da Efetividade dos Programas de Saúde	<b>Atendimento da Saúde</b> <ul style="list-style-type: none"><li>- Instalações físicas;</li><li>- Equipamentos;</li><li>- Estoque e controle de medicamentos;</li><li>- Controle de presença dos médicos e outros profissionais da saúde.</li></ul>
		<b>Programa 42</b> - Gestão do SUS.
		<b>Programa 43</b> - Assistência Farmacêutica.
		<b>Programa 47</b> - Atenção Básica.

A fiscalização objetivou apurar a efetividade dos programas relativos à Saúde, especificamente nas Unidades de Saúde geridas pelo próprio Executivo local. Para tanto, nas visitas, verificamos se algumas condições essenciais para que isso ocorresse estavam plenamente satisfeitas – tais como: as instalações, os equipamentos, o estoque e o controle de medicamentos e o controle de presença dos profissionais da área (especialmente médicos), dentre outros fatores.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**UNIDADE REGIONAL DE SOROCABA - UR-9**



Foram selecionadas as seguintes unidades para o acompanhamento:

Relação de Unidades Visitadas
Posto de Saúde da Vila Nova São Roque
Posto de Saúde de Mailasqui
Centro de Saúde II - Dr. José Carvalho Brito
Unidade Básica de Saúde Central

A respeito das instalações físicas das Unidades de Saúde, anotamos, de forma geral, a ausência de manutenção de próprios municipais, merecendo destaque as seguintes situações:

- a) Presença de infiltrações, trincas e mofo;
- b) Banheiros interditados e/ou com falta de assentos sanitários.

Destacamos, ademais, o que segue:

- a) Inexistência de Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB);
- b) Atendimento simultâneo de pacientes em um mesmo consultório dentário, inobservando o “Código de Ética Odontológica”<sup>7</sup>.

Verificamos, também, as seguintes ocorrências relativas aos equipamentos:

- a) Ausência de fonte alternativa de energia (gerador) para os refrigeradores;
- b) Uso de extensões e adaptadores para ligação de equipamentos elétricos e eletrônicos.

Anotamos, ainda, as seguintes ocorrências relativas ao controle e estoque dos medicamentos:

---

<sup>7</sup> “Código de Ética Odontológica, aprovado pela Resolução do Conselho Federal de Odontologia - CFO 118, de 11/5/2012, em seu artigo 9º, prevê:

[...]

Art. 9º. Constituem deveres fundamentais dos inscritos e sua violação caracteriza infração ética:

[...]

XV - resguardar sempre a privacidade do paciente; [...]



- a) Ausência de controle informatizado;
- b) Espaço para armazenamento inadequado.

Quanto ao controles de presença dos profissionais da Saúde, constatamos a ocorrência a seguir:

- a) Ausência de controle do tempo de atendimento dos pacientes nas Unidades de Saúde.

Em pesquisa com alguns usuários das Unidades de Saúde vistoriadas, constatamos que a satisfação dos mesmos quanto aos referenciados serviços é tida como regular, com reclamações relativas ao tempo de espera para atendimento e ao longo interregno entre a consulta médica e a realização dos exames solicitados.

As ocorrências envolvendo as questões/tópicos retro indicados encontram-se exemplificadas no relatório fotográfico a seguir:



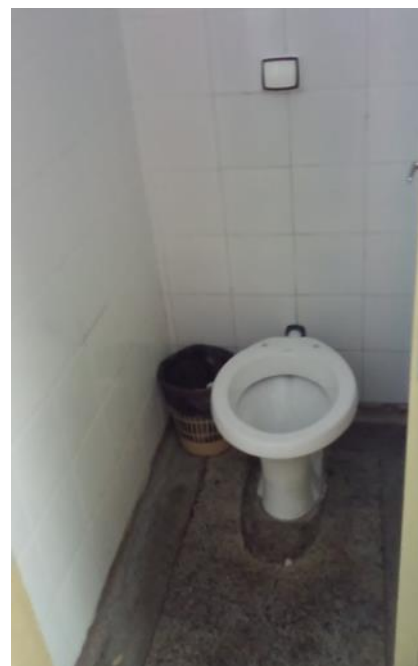
Sinais de infiltrações e mofo



Rachaduras nas paredes e nos pisos



Banheiros interditados



Banheiros em condições precárias e sem assento sanitário





Uso de extensões e adaptadores para ligação de equipamentos elétricos



Espaço insuficiente para consultório dentário



Áreas externas em estado precário



Pertences pessoais guardados junto a insumos



Inservível (impressora) mantido em sala de coleta de exames



Atendimento simultâneo em um mesmo consultório dentário, prejudicando a privacidade dos pacientes

## **D.2.2. FISCALIZAÇÃO ORDENADA (ALMOXARIFADO DA SAÚDE – MEDICAMENTOS)**

No exercício em exame foi realizada a seguinte Fiscalização Ordenada, no âmbito da Saúde:

1	Fiscalização Ordenada nº 4, de 28 de junho de 2018			
	Tema	Almoxarifado da Saúde – Medicamentos		
	Eventos destes autos em que o Relatório foi inserido	11.1 e 11.2		
	Processo específico que trata da matéria nº	-	-	-
	Outras observações	Fiscalização realizada no Centro de Saúde II - Dr. José Carvalho Brito		
Irregularidades constatadas na inspeção da Ordenada:				
<ul style="list-style-type: none"><li>• Inexistência de luz de emergência no ambiente;</li><li>• Presença de mofo e marcas de umidade no interior da farmácia;</li><li>• O edifício não possui Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB;</li><li>• Presença de medicamentos/materiais de saúde encostados na parede;</li><li>• Acondicionamento de medicamentos em embalagens terciárias já abertas;</li><li>• Ausência de fonte alternativa de energia (gerador) para os refrigeradores que acondicionam medicamentos termolábeis, no caso de falta de eletricidade;</li><li>• Descontrole na gestão do estoque, constatando-se divergências na contagem física dos medicamentos em comparação com os registros do controle;</li><li>• Inexistência de dados estatísticos sobre estoque de segurança, estoque máximo e controle da demanda não atendida.</li></ul>				



**Remanescem as falhas abaixo:**

- Inexistência de luz de emergência no ambiente;
- O edifício não possui Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB;
- Ausência de fonte alternativa de energia (gerador) para os refrigeradores que acondicionam medicamentos termolábeis, no caso de falta de eletricidade;
- Descontrole na gestão do estoque, constatando-se divergências na contagem física dos medicamentos em comparação com os registros do controle.

## PERSPECTIVA E: GESTÃO AMBIENTAL

### E.1. IEG-M – I-AMB – Índice B

Sob amostragem, não constatamos ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M.

#### E.1.1. CONTRATO SELECIONADO

A título informativo, visando potencial oferecimento de subsídio ao Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator, quando da emissão do respectivo Parecer, indicamos, em relação ao exercício 2018, ocorrências em uma contratação, no âmbito da Gestão Municipal de São Roque, descritas a seguir:

1	<b>Contratada</b>	MRover Urbanização e Serviços Eireli	
	<b>Objeto</b>	Execução de serviços de limpeza pública no Município de São Roque	
	<b>Relator</b>	Conselheiro Renato Martins Costa	
	<b>Processo nº</b>	<b>TC-018293.989.18-2</b>	<b>Contrato nº 58/2018</b>
	<b>Conclusão da Fiscalização</b>	a) Cláusula editalícia em descumprimento a entendimento sumular desta Casa de Contas; b) Exigência contratual potencialmente restritiva; c) Ato administrativo desprovido de motivação.	

## PERSPECTIVA F: GESTÃO DA PROTEÇÃO À CIDADE

### F.1. IEG-M – I-CIDADE – Índice C

Considerando as respostas ofertadas pela Origem nessa dimensão do IEG-M, verificamos falhas que prejudicam a efetividade dos serviços prestados, como segue:

- Não elaborado o Plano de Contingência de Defesa Civil, contrariando a Lei Federal nº 12.340/10 e em desatenção à meta 11.b dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (questão nº 6 do I-Cidade);
- Não foi realizado levantamento para identificação de risco para intervenções do Poder Público, em desacordo com a Lei Federal nº



12.608/12 e o “Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030”. Assunto também abordado na meta 11.b dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (questão nº 5 do I-Cidade);

- Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC não foi estruturada para se adequar à Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012. Assunto abordado na meta 11.b dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (questão nº 1 do I-Cidade);

- A menor parte dos agentes foram capacitados para ações municipais de Defesa Civil, contrariando o artigo 9º da Lei nº 12.608/12 e o “Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030” (questão nº 8 do I-Cidade);

- O Município não utiliza sistemas de alerta e alarme para desastres, desatendendo a Lei nº 12.608/12 sobre Política de Proteção e Defesa Civil, em seu artigo 8º (questão nº 16 do I-Cidade);

- Inexistência de estudo atualizado de avaliação da segurança de todas as escolas e Centros de Saúde, do Município, em inobservância ao artigo 8º da Lei Federal nº 12.608/12, e em desatenção à meta 11.7 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (questão nº 10 do I-Cidade);

- Nem todas as vias públicas no Município tem manutenção adequada, conforme estabelecem o Manual de Pavimentação e o Manual de Restauração de Pavimentos Asfálticos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT (questão nº 12 do I-Cidade);

- Nem todas as vias públicas pavimentadas estão devidamente sinalizadas (vertical e horizontalmente) de forma a garantir as condições adequadas de segurança na circulação, conforme prevê o artigo 88 do Código de Trânsito Brasileiro – CTB (questão nº 11 do I-Cidade).

## **PERSPECTIVA G: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

### **G.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS**

#### **G.1.1. A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E A LEI DA TRANSPARÊNCIA FISCAL**

Embora tenha criado o Serviço de Informação ao Cidadão, não há legislação municipal que trata de Acesso à Informação, em desatendimento ao





artigo 45 da Lei nº 12.527/11. Assunto abordado nas metas 16.6 e 16.10 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas – ONU (questão nº 19 do I-Gov TI).

## **G.2. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP**

Nos trabalhos da fiscalização não foram encontradas divergências entre os dados da Origem e os prestados ao Sistema AudeSP.

## **G.3. IEG-M – I-GOV TI – Índice B**

Considerando as respostas ofertadas pela Origem nessa dimensão do IEG-M, validadas durante nossa inspeção *in loco*, verificamos falhas que potencialmente prejudicam a efetividade dos serviços prestados, como segue:

- Falta de um Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI (questão nº 1 do I-Gov TI);
- Ausência de programas de capacitação e atualização periódica para o pessoal de Tecnologia da Informação - TI, em desacordo com o § 2º do artigo 39 da Constituição Federal (questão nº 5 do I-Gov-TI).

## **PERSPECTIVA H: OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

### **H.1. DENÚNCIAS/REPRESENTAÇÕES/EXPEDIENTES**

Não chegou ao nosso conhecimento a formalização de denúncias, representações ou expedientes.

### **H.2. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

No decorrer do exercício em análise, constatamos o desatendimento à Lei Orgânica e às Instruções deste Tribunal, conforme consignado no item A.1.1. Controle Interno, deste laudo.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**UNIDADE REGIONAL DE SOROCABA - UR-9**



Anotamos, ainda, descumprimentos dos prazos dispostos nas Instruções nº 2/2016 e (ou) nas então vigentes Instruções nº 2/2008, na Resolução nº 5/2014 e (ou) no Aditamento nº 2/2014 às Instruções nº 2/2008, tratados em autos próprios (TC-010814.989.18-2), nos termos da Resolução nº 6/2012, sob relatoria do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Robson Marinho.

No que se refere às recomendações desta Corte, haja vista os dois últimos exercícios apreciados, verificamos que, no exercício em exame, a Prefeitura descumpriu as seguintes:

<b>Exercício 2015</b>	<b>TC 002450/026/15</b>	<b>DOE 6/5/2017</b>	<b>Data do Trânsito em Julgado 21/6/2017</b>
Recomendações: - Envide esforços para o atingimento da meta proposta pelo IDEB para os anos finais do Ensino Fundamental (vide item C.2. do presente relatório); - Aprimore as informações disponibilizadas relativas à transparência ativa, previstas na Lei Federal nº 12.527/11 (vide item G.1.1. do presente relatório).			

<b>Exercício 2014</b>	<b>TC 000358/026/14</b>	<b>DOE 27/4/2016</b>	<b>Data do Trânsito em Julgado 13/6/2016</b>
Recomendações: - Implemente as ações necessárias à elevação do IEG-M, especialmente no que diz respeito ao i-Planejamento (vide item A.2 do presente relatório); - Reveja as situações destacadas no exame dos resultados apresentados na Educação, visando à melhoria na prestação dos serviços à população (vide itens C.1, C.2 e C.2.1 do presente relatório); - Viabilize estudos técnicos visando ao aperfeiçoamento da elaboração e execução dos planos orçamentários, atendendo ao regramento constitucional e infraconstitucional sobre o tema (vide item A.2 do presente relatório); - Atente às Instruções e recomendações, bem com aos alertas emitidos por esta E. Corte (vide item A.1.1 do presente relatório e anotações no presente item).			

## **SÍNTESE DO APURADO**

<b>ITENS</b>	
CONTROLE INTERNO	PARCIALMENTE IRREGULAR
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - Resultado no exercício	-0,10%
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - Percentual de investimentos	2,91% <sup>8</sup>
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	FAVORÁVEL
DÍVIDA DE LONGO PRAZO	DESFAVORÁVEL
ESTÁ CUMPRINDO PARCELAMENTOS DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS?	SIM
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento/depósito de precatórios judiciais?	SIM
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento de requisitórios de baixa monta?	SIM
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Geral de Previdência Social (INSS)?	SIM
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Próprio de Previdência Social?	SIM

<sup>8</sup> O Município realizou investimento (R\$ 7.142.866,70) correspondente a 2,91% da receita arrecadada total (R\$ 245.847.662,72).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**UNIDADE REGIONAL DE SOROCABA - UR-9**



TRANSFERÊNCIAS AO LEGISLATIVO - Os repasses atenderam ao limite constitucional?	SIM
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Despesa de Pessoal em dezembro do exercício em exame	50,13% <sup>9</sup>
ENSINO - Aplicação na Educação - art. 212, Constituição Federal (Limite mínimo de 25%)	30,32%
ENSINO - FUNDEB aplicado no Magistério (Limite mínimo de 60%)	90,69%
ENSINO - Recursos FUNDEB aplicados no exercício	99,19%
ENSINO - Se diferida, a parcela residual (de até 5%) foi aplicada até 31.03 do exercício subsequente?	SIM
SAÚDE - Aplicação na Saúde (Limite mínimo de 15%)	23,33%

## CONCLUSÃO

Observada a instrução constante no art. 24 da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, a Fiscalização, em conclusão a seus trabalhos, aponta as seguintes ocorrências:

**A.1.1. CONTROLE INTERNO:** Ausência de verificação da efetividade das políticas públicas;

**A.2. IEG-M – I-PLANEJAMENTO:** Apontamentos que denotam fragilidade no setor correspondente; elaboração de peças de planejamento meramente formais e sem observância a requisitos legais;

**B.1.5.1 PRECATÓRIOS A RECEBER:** Desconhecimento da existência de precatórios a receber;

**B.1.9. DEMAIS ASPECTOS SOBRE RECURSOS HUMANOS:** Cargos em comissão desprovidos das características da espécie;

**C.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL (ENSINO):** Falta de vagas no Ensino Infantil (Creche);

**C.2. IEG-M – I-EDUC:** Apontamentos potencialmente ensejadores do comprometimento da efetividade dos serviços prestados;

**C.2.1. FISCALIZAÇÃO ORDENADA (MERENDA ESCOLAR):** Apontamentos diversos pendentes de providências;

**D.2. IEG-M – I-SAÚDE:** Apontamentos potencialmente ensejadores do comprometimento da efetividade dos serviços prestados;

**D.2.1. FISCALIZAÇÃO DE NATUREZA OPERACIONAL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SAÚDE:** Ausência de manutenção de próprios municipais; estrutura/equipamentos inadequados;

<sup>9</sup> Considerando a RCL em R\$ 241.017.387,26. Caso seja considerada a RCL em R\$ 241.115.380,98, conforme relatado no item “B.1.8.1” deste relatório, a despesa de pessoal atingirá 50,11%.





**D.2.2. FISCALIZAÇÃO ORDENADA (ALMOXARIFADO DA SAÚDE – MEDICAMENTOS):** Apontamentos diversos pendentes de providências;

**F.1. IEG-M – I-CIDADE:** Apontamentos que denotam potencial comprometimento da efetividade dos serviços prestados;

**G.1.1. A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E A LEI DA TRANSPARÊNCIA FISCAL:** Ausência de legislação municipal que trata de acesso à informação;

**G.3. IEG-M – I-GOV TI:** Apontamentos que denotam potencial comprometimento da efetividade dos serviços prestados;

**H.2. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO:** Inobservância à Lei Orgânica, às Instruções e às Recomendações desta E. Corte.

À consideração de Vossa Senhoria.

Seção UR-9.1 - Sorocaba, 11 de julho de 2019

Érika Patino Cardoso  
Chefe Técnico da Fiscalização